



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/03/2014

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	2
2.2. JORNAL PEQUENO.....	3 - 4
3. CNJ	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	5
4. COMARCAS	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
4.2. JORNAL O DEBATE.....	7
4.3. JORNAL PEQUENO.....	8
5. DECISÕES	
5.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	9
5.2. JORNAL PEQUENO.....	10 - 11
6. DESEMBARGADORES	
6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	12 - 13
6.2. JORNAL PEQUENO.....	14 - 15
7. PRESIDÊNCIA	
7.1. JORNAL O DEBATE.....	16
7.2. JORNAL PEQUENO.....	17
8. PUBLICIDADE LEGAL	
8.1. JORNAL PEQUENO.....	18
9. SELETIVOS	
9.1. JORNAL PEQUENO.....	19 - 20
10. SERVIDOR PÚBLICO	
10.1. JORNAL PEQUENO.....	21 - 22

Diretas já

Juízes de todo o país vão propor dia 31, nos 50 anos do golpe militar, nos 27 tribunais de Justiça, mudança nos estatutos. Por ela, os presidentes de tribunais estaduais, federais, trabalhistas e militares seriam escolhidos por eleições diretas.

Juíza usa videoconferência para ouvir envolvidos em rebelião

Sete detentos envolvidos na sangrenta rebelião de Pinheiro, em 2011, participaram da audiência por meio do sistema, usado pela primeira vez pela Justiça do Maranhão

Divulgação

O Poder Judiciário em Pinheiro, por meio da 1ª Vara, realizou na tarde de quinta-feira (13) uma audiência de instrução e julgamento de réus presos utilizando o sistema de videoconferência. Os acusados interrogados por videoconferência foram José Ramiro Moreira Araújo, Nilton Carlos Brito e Moisés Magno Soares Rodrigues, recolhidos no Presídio Federal de Porto Velho, em Rondônia, e Magno Anderson Viegas, José Raimundo Pereira Filho, Antônio Luis Câmara e Paulo César Ferreira, que estão custodiados em Pedrinhas, em São Luís.

A audiência foi presidida pela juíza Lavinia Helena Macedo Coelho, titular do Juizado Especial de Pinheiro, e respondendo pela 1ª Vara em virtude das férias do juiz titular Anderson Sobral de Azevedo. A videoconferência foi realizada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os homens interrogados são acusados de envolvimento na rebelião da Delegacia Regional de Pinheiro, ocorrida nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2011, que resultou nas mortes de José Agostinho Bispo Pereira, José Ivaldo Brito, Alessandro de Jesus Costa Pereira, Paulo Sergio Cunha Pavão, Jorge Luis de Sousa Moraes e Raimundo Nonato Soares Mendes.

De acordo com a juíza que presidiu a audiência, foram ouvidas todas as testemunhas de acusação, com acompanhamento integral por parte dos acusados e de seus defensores e advogados, tanto aqui quanto em Porto Velho. Os acusados não apresentaram testemunhas de defesa e a fase de instrução foi encerrada. Lavinia Coelho informou que foi solicitada uma cópia do CD da audiência ao Ministério da Justiça. A partir daí, a defesa dos acusados fará a entrega das alegações finais por escrito e o juiz da 1ª Vara de Pinheiro emitirá decisão se os



Juízes, defensores e promotores ouvem no vídeo, depoimento dos envolvidos que estão em Porto Velho

Mais

Para garantir o sucesso da videoconferência, foi preparada com o envolvimento das diretorias Judiciária, de Informática e de Segurança. "O êxito da audiência só foi possível pela mobilização dos servidores das diretorias que se comprometeram na garantia da logística e infraestrutura necessária para a concretização da videoconferência", destacou Denise Reis, diretora judiciária.

acusados serão pronunciados a júri popular ou não.

A Rebelião - A rebelião teria sido motivada pela superlotação na delegacia, que abrigava à época, mais de 90 detentos. A capacidade da unidade prisional era de 30 presos. Os detentos exigiam negociar somente com uma comissão, que foi composta por representantes

religiosos, autoridades policiais, promotores, da advocacia e do Judiciário. Como as negociações se estenderam, foram executados seis presos, quatro deles degolados e as cabeças penduradas nas grades das celas. Um dos mortos na rebelião foi José Agostinho Bispo Pereira, que estava preso por cárcere privado e abusar de duas filhas.

No Maranhão, esta foi a primeira audiência de instrução e julgamento completa realizada pelo judiciário maranhense por meio de videoconferência com presos recolhidos em unidade prisional em outro estado depois da parceria com o Ministério da Justiça, responsável pelo sistema que gerencia a realização de videoconferências entre presídios órgãos do Judiciário.

"É uma experiência interessante. Demonstra o avanço tecnológico que o Poder Judiciário do Maranhão tem apresentado nos últimos anos. A audiência por meio de videoconferência é

mais segura, bem como apresenta um custo menor, principalmente em relação ao deslocamento de preso", ressaltou Lavinia Coelho.

De acordo com Paulo Rocha, assessor de informática da Corregedoria Geral da Justiça, a sala de videoconferência foi implantada no Tribunal de Justiça em 2011, por meio de uma parceria entre o órgão e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Ministério da Justiça entrou com sistema de gerenciamento, interligando a sala à unidade prisional.

Sobre a audiência por videoconferência, o Código de Processo Penal versa que o interrogatório do réu preso deve ser realizado em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.

Quem aterrissa em Imperatriz na próxima segunda-feira (17) é a desembargadora Cleonice Ferreira, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania nesta Comarca. A solenidade será realizada às 17h, no Centro de Convenções da cidade. Juízes da Comarca de Imperatriz, representantes da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), entre outros, também participarão do evento.

- **O desembargador** Antonio Guerreiro Júnior responde pelo plantão judiciário de 2º grau até amanhã, conforme rodízio dos integrantes do Tribunal de Justiça.

• VIDEOCONFERÊNCIA

O Poder Judiciário em Pinheiro, por meio da 1ª Vara, realizou na tarde desta quinta-feira (13), uma audiência de instrução e julgamento de réus presos utilizando o sistema de videoconferência. A audiência foi presidida pela juíza Lavínia Helena Macedo Coelho, titular do Juizado Especial de Pinheiro, e respondendo pela 1ª Vara em virtude das férias do juiz titular Anderson Sobral de Azevedo. A videoconferência foi realizada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão. Os acusados interrogados por videoconferência foram José Ramiro Moreira Araújo, Nilton Carlos Brito e Moisés Magno Soares Rodrigues, recolhidos no Presídio Federal de Porto Velho, em Rondônia. Os outros acusados são Magno Anderson Viegas, José Raimundo Pereira Filho, Antonio Luis Câmara, e Paulo César Ferreira, e estão custodiados em Pedrinhas, em São Luís.

ENCONTRO



Presidente do TJMA ouve reivindicações de servidores

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu membros da diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) em reunião nesta quinta-feira (13), na qual foi discutida uma pauta de assuntos de interesse dos servidores do Judiciário. Dentre os assuntos tratados, o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, solicitou a implantação da correção dos vencimentos de servidores de nível fundamental e médio filiados ao sindicato, no valor de 21,7%, conforme decisão transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) e pleiteou a extensão do benefício aos servidores não sindicalizados.

REIVINDICAÇÕES

Também foi solicitada agilidade na tramitação do processo relativo à reposição inflacionária que tramita no TJMA e o pagamento do percentual de 11,98%, também oriundo de decisão judicial transitada em julgado, sobre os índices de produtividade dos oficiais de Justiça e comissários da infância e juventude. Outro pleito apresentado é o cumprimento de liminar em Mandado de Segurança que garantiu o direito ao "auxílio-alimentação", já recebido pelos servidores da ativa, para os servidores que estão licenciados do cargo para o exercício de mandato classista, que tiveram o pagamento desse benefício suspenso há cerca de três anos.

ENTENDIMENTO

O Sindjus requereu, ainda, ao Tribunal, o desconto da contribuição sindical referente de todos os servidores do Poder Judiciário, inclusive aposentados, independente de filiação ao sindicato, a ser efetuado na folha de pagamento de março deste ano, e o repasse integral do valor à entidade. A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, informou aos sindicalistas que já teria conversado com o secretário estadual de Planejamento sobre a implantação do percentual de 21,7%. O juiz auxiliar da presidência, Ribamar Castro, o diretor-geral, Hebert Leite e a chefe da assessoria jurídica da presidência, Elaine Sousa, participaram da discussão da pauta e deverão tratar do encaminhamento administrativo das demais propostas, conforme entendimento mantido com a presidência.

PAÇO DO LUMIAR

Integrante de bando de extermínio é condenado

O Tribunal do Júri de Paço do Lumiar condenou Valberlino de Oliveira Borges, conhecido como “Preguinho”, a 23 anos e três meses de reclusão em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, pelo assassinato de José Raimundo Batista dos Santos, o “Filinho”, ocorrido em 12 de julho de 2009, na Vila São José II, São Luís. A condenação é resultado de denúncia oferecida em janeiro de 2010, pela titular da 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar (a 25 km de São Luís), Gabriela Brandão da Costa Tavernard.

Preguinho foi denunciado conjuntamente com Marco Aurélio Sousa, Melquezedeuque da Silva Brito, o “Melk”, e Pedro

Santos Ferreira Júnior, o “Júnior Preto”, integrantes de um grupo classificado pelos moradores daquele bairro como “bando de extermínio”.

Segundo as investigações, José Raimundo estava em um bar e foi atraído para o local chamado de “Canto da Morte”. O motivo foi o não pagamento de uma dívida de drogas da vítima com o condenado. Após o assassinato, o condenado e os outros denunciados foram vistos em outro bar, comemorando e demonstrando como cometeram o homicídio.

Além da condenação atual, Preguinho tem outras duas condenações: por tráfico de entorpecentes e por homicídio qualificado.

Imperatriz terá o primeiro centro de conciliação empresarial do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, instala na próxima segunda-feira (17) o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos voltado para o setor empresarial do Maranhão. A solenidade de instalação acontecerá, às 17 horas, no Centro de Convenções de Imperatriz - onde funcionará a unidade, que atenderá mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) da segunda maior cidade do Estado.

No centro, os empresários poderão negociar suas demandas, tais como pagamento de dívidas e eventuais problemas com credores e fornecedores e, ainda, obter informações e acesso sobre direitos e oportunidades (linhas de financiamento, renegociação de dívidas e cursos de aprimoramento) disponibilizadas pela Associação Comercial, Federação das Indústrias, Sebrae e outras entidades parceiras.

O coordenador dos Centros de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, destaca a importância e o diferencial da nova unidade em Imperatriz. “Esse centro será diferente dos demais, voltados aos cidadãos, porque possibilitará o estreitamento de relações entre as entidades parceiras e as empresas associadas. Afinal, a Associação Comercial é um órgão representativo de grande número de empresas que fomentam a economia de Imperatriz”, enfatiza.

Cidadãos - Para solucionar os conflitos dos cidadãos, a população de Imperatriz dispõe de outros dois centros de

conciliação, um em funcionamento na Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) e outro na Faculdade de Imperatriz (FACIMP).

Nos locais, são recebidas demandas pré-processuais (casos que ainda não chegaram à Justiça) e também processuais (que já têm ação judicial em andamento) nas áreas cível, de família e fazenda pública. Não há limite de valor da causa. Os centros promovem a audiência com conciliadores e mediadores capacitados pelo TJMA e sob a orientação e supervisão do juiz coordenador. O setor também presta serviços de atendimento e orientação de problemas jurídicos ao cidadão.

Em São Luís, existem cinco centros instalados na Rua do Egito, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois na Faculdade Uniceuma (Campus I e II) e um na FACAM. No interior do estado, há dois em Imperatriz, um em Balsas, dois em Bacabal e dois em Caxias.

Ainda neste semestre, deverão ser implantadas novas unidades, na faculdade UNDB, na FIEMA, em Chapadinha e, no decorrer do ano, em instituições como a UFMA e a Associação Comercial de São Luís e em diversos municípios do Estado.

Lançamento – Durante o evento, haverá também o lançamento do livro “O Gigante Acordado”, do juiz Márlon Reis (comarca de João Lisboa), conhecido nacionalmente por ser um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa. (Amanda Campos - Ascom/TJMA)

I Semana Nacional do tribunal do Júri inicia na segunda-feira; 77 processos serão julgados em cinco dias

(PALMAS-TO)-A próxima semana, entre os dias 17 e 21 de março, será de mobilização para o Poder Judiciário tocantinense, que juntamente com os demais tribunais do país, realizam a 1ª Semana Nacional do Tribunal do Júri. A ação, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), promoverá sessões plenárias do Tribunal do Júri, priorizando os processos de crimes dolosos contra a vida, com denúncias recebidas até 31 de dezembro de 2009.

Com a mobilização, serão julgados no Tocantins um total de 77 processos no decorrer de cinco dias, com a participação de 18 comarcas. A Comarca de

Gurupi é a que apresenta o maior número de ações a serem julgadas, totalizando dez processos. De acordo com o desembargador Eurípedes Lamounier, gestor da Meta da Enasp no TJTO, a Semana Nacional promoverá mais celeridade no julgamento dos crimes dolosos.

O desembargador ainda explica que foram incluídas na mobilização sessões já previstas e outras que foram agendadas em função da Semana Nacional. "No Estado a Semana Nacional será uma continuidade do trabalho que já vem sendo desenvolvido a partir das edições do CNJ das Metas 2,3 e 4. No que envolve Tribunais do Júri, o Tocantins está bastante avançado e em breve es-

teremos zerando os processos estipulados pelas metas", afirma o gestor da Enasp.

Reconhecimento nacional

Como forma de incentivo e reconhecimento nacional, o CNJ conferirá selos de qualidade Enasp às unidades jurisdicionais de acordo com a quantidade de júris realizados na semana nacional:

* Selo Bronze: unidade judicial que realizar quatro sessões plenárias do tribunal do júri;

* Selo Prata: unidade judicial que julgar 80% dos estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas;

* Selo Ouro: unidade judicial que liquidar os estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas.

▲ SOBE

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, instala na próxima segunda-feira (17), o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos voltado para o setor empresarial do Maranhão. A solenidade de instalação acontecerá, às 17 horas, no Centro de Convenções de Imperatriz – onde funcionará a unidade, que atenderá mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) da segunda maior cidade do Estado.

Centro de Conciliação

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, instala na próxima segunda-feira (17), o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos voltado para o setor empresarial do Maranhão.

A solenidade de instalação acontecerá, às 17 horas, no Centro de Convenções de Imperatriz – onde funcionará a unidade, que atenderá mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) da segunda maior cidade do Estado.

Audiência online (I)

O Poder Judiciário em Pinheiro, por meio da 1ª Vara, realizou na tarde desta quinta-feira (13), uma audiência de instrução e julgamento de réus presos utilizando o sistema de videoconferência.

A audiência foi presidida pela juíza Lavínia Helena Macedo Coelho, titular do Juizado Especial de Pinheiro, e respondendo pela 1ª Vara em virtude das férias do juiz titular Anderson Sobral de Azevedo.

A videoconferência foi realizada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Audiência online (II)

Os acusados interrogados por videoconferência foram José Ramiro Moreira Araújo, Nilton Carlos Brito e Moisés Magno Soares Rodrigues, recolhidos no Presídio Federal de Porto Velho, em Rondônia.

Os outros acusados são Magno Anderson Viegas, José Raimundo Pereira Filho, Antonio Luis Câmara, e Paulo César Ferreira, e estão custodiados em Pedrinhas, em São Luís.

Todos são acusados de envolvimento na rebelião da Delegacia Regional de Pinheiro, nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2011, e pelas mortes decorrentes da rebelião. Foram mortos na rebelião José Agostinho Bispo Pereira, José Ivaldo Brito, Alessandro de Jesus Costa Pereira, Paulo Sergio Cunha Pavão, Jorge Luis de Sousa Moraes e Raimundo Nonato Soares Mendes.

PAÇO DO LUMIAR

MPMA obtém condenação de integrante de bando de extermínio por assassinato

O Tribunal do Júri de Paço do Lumiar (a 25 quilômetros de São Luís) condenou, na última segunda-feira (10), Valberlino de Oliveira Borges (conhecido como “Preguinho”) a 23 anos e três meses de reclusão, em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, pelo assassinato de José Raimundo Batista dos Santos (o “Filinho”), ocorrido em 12 de julho de 2009, na Vila São José 2, São Luís. A condenação é resultado de denúncia oferecida em janeiro de 2010, pela titular da 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar, Gabriela Brandão da Costa Tavernard.

Na sessão do júri que resultou na condenação, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) foi representado pelos promotores de Justiça Gabriela Tavernard e Benedito de Jesus Nascimento Neto, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Vargem Grande.

Preguinho foi denunciado conjuntamente com Marco Aurélio Sousa, Melquezedeqe da Silva Brito (Melk) e Pedro Santos Ferreira Júnior (Júnior Preto), integrantes de um grupo

classificado pelos moradores daquele bairro como “bando de extermínio”.

Segundo as investigações, José Raimundo estava em um bar e foi atraído para o local chamado de “Canto da Morte”. O motivo foi o não pagamento de uma dívida de drogas da vítima com o condenado. Após o assassinato, o condenado e os outros denunciados foram vistos em outro bar, comemorando e demonstrando como cometeram o homicídio.

Na sentença, a juíza Jacqueline Reis Caracas ressalta que Valberlino “tem comportamento desajustado, sendo apontado pela comunidade como pessoa contumaz na prática de delitos, incluindo tráfico de entorpecentes”. Ainda segundo a juíza, informações dão conta que o condenado “integrava um grupo de pessoas que se prestavam à prática criminosa, que espalhou terror na Vila São José 2, gerando grande temor na população”.

Além da condenação atual, Preguinho tem outras duas condenações: por tráfico de entorpecentes e por homicídio qualificado. (Ascom / MPMA)

PAÇO DO LUMIAR

MPMA obtém condenação de integrante de bando de extermínio por assassinato

O Tribunal do Júri de Paço do Lumiar (a 25 quilômetros de São Luís) condenou, na última segunda-feira (10), Valberlino de Oliveira Borges (conhecido como “Preguinho”) a 23 anos e três meses de reclusão, em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, pelo assassinato de José Raimundo Batista dos Santos (o “Filinho”), ocorrido em 12 de julho de 2009, na Vila São José 2, São Luís. A condenação é resultado de denúncia oferecida em janeiro de 2010, pela titular da 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar, Gabriela Brandão da Costa Tavernard.

Na sessão do júri que resultou na condenação, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) foi representado pelos promotores de Justiça Gabriela Tavernard e Benedito de Jesus Nascimento Neto, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Vargem Grande.

Preguinho foi denunciado conjuntamente com Marco Aurélio Sousa, Melquezedeqe da Silva Brito (Melk) e Pedro Santos Ferreira Júnior (Júnior Preto), integrantes de um grupo

classificado pelos moradores daquele bairro como “bando de extermínio”.

Segundo as investigações, José Raimundo estava em um bar e foi atraído para o local chamado de “Canto da Morte”. O motivo foi o não pagamento de uma dívida de drogas da vítima com o condenado. Após o assassinato, o condenado e os outros denunciados foram vistos em outro bar, comemorando e demonstrando como cometeram o homicídio.

Na sentença, a juíza Jacqueline Reis Caracas ressalta que Valberlino “tem comportamento desajustado, sendo apontado pela comunidade como pessoa contumaz na prática de delitos, incluindo tráfico de entorpecentes”. Ainda segundo a juíza, informações dão conta que o condenado “integrava um grupo de pessoas que se prestavam à prática criminosa, que espalhou terror na Vila São José 2, gerando grande temor na população”.

Além da condenação atual, Preguinho tem outras duas condenações: por tráfico de entorpecentes e por homicídio qualificado. (Ascom / MPMA)

Desembargador Guerreiro Júnior permanece no plantão até domingo

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior responde pelo plantão judiciário de 2º grau até este domingo (16), conforme a Portaria 02/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Igo Leonardo Souza e José de Jesus Costa, que podem ser encontrados no (98) 8866-9274. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Dificuldades

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, não esconde de ninguém a difícil situação financeira do judiciário.

Em reunião com vários magistrados, Cleonice tem afirmado que o TJ não dispõe de recursos sequer para nomear um dos juízes que serão aprovados em concurso já em fase final.

Segundo a desembargadora, as nomeações dos aprovados só se concretizarão se a saúde financeira do judiciário melhorar, pois, do contrário, nenhum dos aprovados será empossado. Cleonice ainda disse que a Corte dispõe apenas de R\$ 14 milhões para investir na construção e reformas de fóruns, e seus respectivos aparelhamentos para funcionar adequadamente, o que, segundo ela, é absolutamente insignificante para uma estrutura como do judiciário maranhense.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA ILHA DE SÃO LUIS
TERMO JUDICIÁRIO PAÇO DO LUMIAR
1ª VARA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
n.º 72-64.2012.8.10.0049
AUTOR: R. L. DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
RÊU: REDE DE SUPERMERCADO SITS LTDA

CITAÇÃO DE: REDE DE SUPERMERCADO SITS LTDA, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: A) Para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento integral da dívida apresentada na memória de cálculo do exequente, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia da dívida;

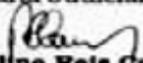
B) Foram fixados honorários advocatícios em 10% (dez por cento, no termos do art. 652-A do CPC,) sobre o valor do débito atualizado, cujo percentual será reduzido para 5% (cinco por cento), em caso de integral pagamento dentro de 03 dias; ou

C) Oferecer embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, depósito ou caução; ou

D) Reconhecer, no prazo dos embargos, o crédito do exequente e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, podendo requerer o pagamento do restante em até 06 parcelas mensais, devidamente corrigidas e acrescidas de 1% ao mês (art. 745-A do CPC);

DÍVIDA: R\$: 2.661,91 (dois mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa e um centavos).

Dado e passado o presente nesta Comarca de Paço do Lumiar, 13 de fevereiro de 2014, Eu.....Secretária Judicial que digitei e subscrevo.


Jaqueline Reis Caracas
- Juíza da 1ª Vara -

*TJs do MA, RJ, SP
e CE selecionam
magistrados,
servidores e
titulares de
cartórios para
385 vagas*

Quatro tribunais estão com concursos públicos abertos para selecionar magistrados, servidores e titulares de cartórios de notas e registros. São 385 vagas, no total, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Maranhão.

PÁGINA 2 [C1]

TJs do MA, RJ, SP e CE selecionam magistrados, servidores e titulares de cartórios para 385 vagas

Quatro tribunais estão com concursos públicos abertos para selecionar magistrados, servidores e titulares de cartórios de notas e registros. São 385 vagas, no total, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Maranhão.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão) recebe inscrições, até o dia 18 de março, para preenchimento de 21 vagas e formação de cadastro reserva para analistas e técnicos judiciários. São oferecidas 3 vagas para oficiais de Justiça e uma para analista judiciário. O salário inicial é de R\$ 7.566,42. O oficial de

Justiça inicia a carreira com vencimento de R\$ 9.188,20. O concurso visa ainda formar cadastro reserva para analistas judiciários na área administrativa, de contabilidade, odontologia, medicina, estatística, engenharia, biblioteconomia e tecnologia da informação. Para técnicos judiciários, são oferecidas 17 vagas na área administrativa, uma delas é reservada para portadores de deficiência. O salário inicial é de R\$ 4.635,03. Haverá formação de cadastro reserva para técnico judiciário em enfermagem e tecnologia da informação.

(Com informações do CNJ)

Presidente do TJ ouve reivindicações dos servidores da Justiça

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu membros da diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) em reunião na quinta-feira (13), na qual foi discutida uma pauta de assuntos de interesse dos servidores do Judiciário.

Dentre os assuntos tratados, o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, solicitou a implantação da correção dos vencimentos de servidores de nível fundamental e médio filiados ao sindicato, no valor de 21,7%, conforme decisão transitada em julgado no Supremo Tribunal

Federal (STF) e pleiteou a extensão do benefício aos servidores não sindicalizados.

Também foi solicitada agilidade na tramitação do processo relativo à reposição inflacionária que tramita no TJMA e o pagamento do percentual de 11,98%, também oriundo de decisão judicial transitada em julgado, sobre os índices de produtividade dos oficiais de Justiça e comissários da infância e juventude.

Outro pleito apresentado é o cumprimento de liminar em Mandado de Segurança que garantiu o direito ao "auxílio-alimentação", já recebido pe-

los servidores da ativa, para os servidores que estão licenciados do cargo para o exercício de mandato classista, que tiveram o pagamento desse benefício suspenso há cerca de três anos.

O Sindjus requereu, ainda, ao Tribunal, o desconto da contribuição sindical referente de todos os servidores do Poder Judiciário, inclusive aposentados, independente de filiação ao sindicato, a ser efetuado na folha de pagamento de março deste ano, e o repasse integral do valor à entidade.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire,

re, informou aos sindicalistas que já teria conversado com o secretário estadual de Planejamento sobre a implantação do percentual de 21,7%.

O juiz auxiliar da presidência, Ribamar Castro, o diretor-geral, Hebert Leite e a chefe da assessoria jurídica da presidência, Elaine Sousa, participaram

da discussão da pauta e deverão tratar do encaminhamento administrativo das demais propostas, conforme entendimento mantido com a presidência.

DIVULGAÇÃO



A PRESIDENTE DO TJMA recebeu membros da diretoria do Sindjus